

## Congresso derruba veto de Lula e desoneração é prorrogada até 2027

**Legislativo** Com decisão, medida, que contempla os 17 setores da economia que mais empregam no país, fica estendida até dezembro de 2027

# Congresso derruba veto de Lula à desoneração da folha

Caetano Tonet, Julia Lindner, Guilherme Pinenta e Jéssica Sant'Ana De Brasília

O Congresso Nacional derrubou nesta quinta-feira (14) o veto de presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao projeto que prorroga a desoneração da folha de pagamento para os 17 setores que mais empregam no Brasil. No Senado, foram 60 votos favoráveis à derrubada e 13 contrários. Já na Câmara, o placar foi de 378 a 78.

Na avaliação de entidades empresariais e sindicatos de trabalhadores, a medida contribuirá para a manutenção de empregos. Com a derrubada, a medida fica estendida até dezembro de 2027. Caso o veto fosse mantido, a desoneração da folha perderia a validade no dia 31 de dezembro deste ano.

O sistema de desoneração da folha permite que as empresas de 17 setores intensivos em mão de obra substituam a contribuição de 20% sobre salários por uma alíquota de 1% a 4,5% sobre a receita bruta.

Entre os 17 setores que podem aderir a esse modelo estão as indústrias têxtil, de calçados, máquinas e equipamentos e proteína animal, construção ci-

vil, comunicação e transporte rodoviário. Juntos, esses segmentos empregam 9 milhões de trabalhadores.

Durante o debate em plenário, o autor do projeto, senador Efraim Filho (União-PB), destacou que a proposta tinha o apoio do setor produtivo e dos trabalhadores. "É um projeto de ganha-ganha. Ele é apoiado por quem produz e por quem trabalha, pelo setor produtivo e pelos sindicatos. Todos juntos apoiam a desoneração da folha de pagamento porque traz uma mensagem muito clara para quem gera mais empregos pagar menos impostos", afirmou Efraim.

Antes da sessão, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), também reforçou seu posicionamento favorável à derrubada do veto. Ele afirmou que percebia que esse também era o sentimento da maioria das Casas

**"É um projeto apoiado por quem produz e por quem trabalha"**  
Efraim Filho

Legislativas, a despeito da tentativa do governo de mantê-lo.

"Sobre desoneração, quero dizer que essa é uma política já existente no Brasil para setores que têm alta empregabilidade. É algo que já existe e estamos propondo prorrogar, então eu considero algo apropriado", disse Pacheco aos jornalistas.

Para ele, as discussões de propostas alternativas do governo só deviam ser feitas após a apreciação do veto. "Tenho sentido nas conversas com os parlamentares que há uma tendência de derrubada do veto e, a partir daí, inaugurar diálogo com o governo para que tenhamos alternativa", acrescentou.

Logo após a derrubada do veto, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a proposta é inconstitucional e, portanto, o governo recorrerá ao Supremo Tribunal Federal (STF). Para o Executivo, o projeto contraria a Constituição por não apresentar estimativa de impacto fiscal, exigida para a criação de benefícios. Mas advogados constitucionais e tributaristas ouvidos pelo Valor rebatem essa tese, já que o texto aprovado prorroga um programa que já existe e não cria nova medida.

Além de buscar o Supremo,



Pacheco com Célia Xakriabá, antes da sessão: alternativas deviam ser discutidas depois da votação do veto

disse Haddad, o governo apresentará na próxima semana, alternativas à desoneração. "Não queremos prejudicar ninguém. Queremos uma solução", declarou o ministro.

A decisão do Congresso foi elogiada por representantes do setor produtivo e de trabalhadores. Para Vivien Suruagy, presidente da Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e de Informática (Feninfra), os parlamentares perceberam a importância da medida para o mercado de trabalho.

"Nos 12 anos de vigência, os setores desonerados geraram mais empregos do que os que não foram contemplados pela medida. Avaliamos que essa é a melhor política social, inclusive para o governo, que reduz gastos em programas como o seguro-desemprego e Bolsa Família", afirmou, em nota.

Renato Correia, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), avaliou que o Congresso "demonstrou sensibilidade e compromisso com a geração de empregos ao derrubar o veto". "A construção é intensiva de profissionais e precisa de segurança jurídica e previsibilidade para oferecer habitação e a infraestrutura urbana essencial para garantir bem-estar e qualidade de vida para a população", comentou.

A Associação Nacional de Jornais (ANJ) frisou que a decisão contribui para não agravar a situação do setor. "A derrubada do veto era decisiva para não agravar ainda mais a já difícil situação vivida pelos meios de comunicação no Brasil. Trata-se de um setor vital para a democracia que absorve grande quantidade de profissionais", disse o presidente-executivo da ANJ, o jornalista Marcelo Rech. "Saúdamos essa decisão do Congresso como um impor-

ante reforço para a missão social da atividade de comunicação".

Antônio Neto, presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), afirmou que a derrubada do veto é "uma vitória dos trabalhadores e do setor produtivo". "A medida devolve previsibilidade e fortalece o emprego digno e formal".

Para ele, caso o Ministério da Fazenda insistisse numa proposta de reoneração, deve sair derrotado. Neto alertou que, até agora, o governo não sentiu com os trabalhadores para debater a suposta medida provisória que estaria sendo preparada pela Fazenda.

Já Miguel Torres, presidente da Força Sindical, pontuou que a derrubada do veto é importante, mas não impede a entidade de discutir eventuais alternativas "que fortaleçam empregos e mantenham empresas gerando empregos de qualidade". "Não podemos perder de vista essa questão", completou.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Política Caderno: A Página: 10